

REPUBLIQUE TOGOLAISE

TRAVAIL-LIBERTE-PATRIE

MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES, DE LA
COOPERATION, DE L'INTEGRATION AFRICAINE
ET DES TOGOLAIS DE L'EXTERIEUR



REPÚBLICA TOGOLESA

TRABALHO-LIBERDADE-PÁTRIA

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DA
COOPERAÇÃO, DA INTEGRAÇÃO AFRICANA E
DOS TOGOLESES NO EXTERIOR

COLÓQUIO INTERNACIONAL

TEMA:

« Instituição de um calendário endógeno e celebração do Ano Novo Africano: desafios contemporâneos da unidade africana, entre história e identidade »

APELO A COMUNICAÇÕES

I. CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO

A União Africana decretou em fevereiro de 2021, durante a sua 34.^a sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, a década de 2021-2031 como sendo a « Década das Raízes e das Diásporas Africanas » (Decisão Assembly/AU/Dec.807(XXXIV)). Levada pelo Togo, esta iniciativa tem como objetivo principal reforçar os laços entre África e as suas diásporas em torno de valores africanos partilhados. Por esta decisão, a organização continental quis dar a conhecer a condição africana e reabilitar o contributo há muito ocultado do continente para os grandes ciclos de evolução da Humanidade, salientando nomeadamente a herança, as injustiças históricas e a dignidade a recuperar.

A liderança assegurada pelo Togo desde o lançamento desta década permitiu, entre outras coisas, levar a cabo várias atividades e tomar iniciativas, incluindo a organização de eventos importantes e aglutinadores, tais como os pré-congressos realizados nas seis (06) regiões da União Africana, os eventos de alto nível de promoção de causas comuns africanas organizados respetivamente em Londres, Nova Iorque e Genebra, a promoção da iniciativa « Correct the Map » que culminou na adoção pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, da decisão Ref: Assembly/AU/Dec.959 (XXXIX) que adota a projeção Equal Earth, durante a sua 39.^a sessão realizada em Adis Abeba (Etiópia), nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2026, e sobretudo a organização do 9.º Congresso Pan-africano em Lomé, no Togo, de 8 a 12 de dezembro de 2025. Estes eventos deram um novo ímpeto ao movimento pan-africano e constituíram uma etapa crucial na busca da soberania, da dignidade, da equidade e do respeito por África.

No entanto, uma busca profunda de orgulho e soberania implica também reabilitar e promover certos mecanismos e ferramentas ancestrais que regiam a harmonia e a ação nas sociedades africanas antigas ou pré-coloniais (M. Assante, 1991). Após a queda e a ocupação definitivas do Antigo Egito, o curso da história e a nova trajetória ascendente da África foram duradouramente perturbados pela introdução brutal das razias no espaço africano (W. Chancellor, 2018), pelas deportações maciças (L. M. Diop-Maes, 2025; Inikori, 1992) que dispersaram tanto para Oeste (para além do Atlântico), para Norte (Europa) como para Este (península arábica e além) as forças vivas da África, e pela colonização marcada pela irrupção abrupta de padrões culturais exógenos nos sistemas de governação social, económica e política das sociedades africanas (J. Maquet, 1962; J. Ki-Zerbo, 1974; T. A. Singleton, 2017; J. Illife, 2002).

Esta nova África saída do regime escravagista (1444 – 1860), aliás declarado o maior crime contra a Humanidade em 25 de março de 2026 pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da sua resolução A/RES/80/250, e do regime colonial (1830 – 1994), permaneceu atolada nos nossos dias num certo sincretismo cultural, político e económico que, ao manter complacientemente as estruturas coloniais, impede o continente de se reconstruir de forma decisiva sobre os fundamentos da sua identidade própria e da sua alteridade singular.

Com efeito, pela sua estraneidade cultural e brutalidade, estas múltiplas intrusões pararam a evolução, contudo exemplar, das nações de África, modificaram a natureza da experiência social africana, instauraram novos

padrões e ciclos baseados em eventos sociais arbitrários, e fizeram perder a África, na sua diversidade e complexidade, os referenciais que durante milênios forjaram a sua cosmogonia, a sua ontologia, e ritmaram a sua organização própria (A. Césaire, 1956). É o caso do calendário gregoriano que, tal como as fronteiras, foi imposto às nações africanas por meio da colonização. Recorde-se que, antes da importação deste calendário, África estava constelada, desde a antiguidade, por diversos e múltiplos sistemas de medição do tempo, uns baseados em ciclos agrícolas, alguns em fenômenos celestes ou terrestres, e outros no movimento de astros luminosos, o que deu lugar à existência atestada de calendários lunares ou solares usados um pouco por todo o continente africano.

O Antigo Egito, por exemplo, ao observar a relação entre o nascer helíaco de Sothis (Sirius) e a cheia do Nilo, conseguiu definir o seu calendário solar civil de 365 dias, também chamado calendário nilótico, repartidos em 12 meses de 30 dias cada aos quais se juntavam os 5 dias epagómenos de fim de ano. Este calendário estava estruturado em torno das três estações seguintes: Akhet ou a estação das cheias, Peret ou a estação das sementeiras e Shemu ou a estação das colheitas (C. A. Diop, 1967; G. Lanners, 2006; F. Chabas, 1870). Mas ao lado destes sistemas manifestamente avançados e mais estáveis, encontramos também no continente comunidades com uma concepção mais social do tempo, induzindo a ideia de um tempo mítico e não cronológico (L. V. Thomas, 1961; C. Sakho, 2018). É este conjunto de experiências complexas de regulação social pelo tempo e pelos ciclos que a colonização desconstruiu.

Assim, à semelhança das fronteiras lineares que dividiram o continente e cujas sequelas muitas populações e línguas ainda hoje carregam, o novo calendário (gregoriano) imposto ignora os ritmos endógenos e os ciclos naturais, culturais e culturais consagrados dos povos africanos (B. Davidson, 1964). Instaurou festas, datas e eventos essencialmente estranhos ao universo cultural e simbólico africano, seja qual for a microcultura africana considerada, cuja celebração faz de África o espelho perpétuo de um mundo cujos códigos são desconhecidos das suas populações, e o teatro de uma intensa troca intercivilizacional onde a sua identidade e os seus particularismos são praticamente inexistentes. Ora, a imposição de calendário é antes de mais, um instrumento de poder e um ato de dominação. Aparentemente anódina, esta mutação calendária sofrida por África silenciou os sistemas locais de contagem do tempo e fez desaparecer do quotidiano dos povos as referências aos eventos significativos outrora calibrados sobre ciclos dominados. Seguiu-se uma aculturação mais pronunciada e uma perda de identidade própria dos Africanos (A. Dogba, 2001) que, mergulhados num sistema concebido para o espaço ocidental, têm dificuldade em se adaptar ou em se afirmar.

A Década das Raízes e das Diásporas Africanas oferece, por isso, uma ocasião para descolonizar os espíritos e as práticas (J.-L. Amselle & S. B. Diagne, 2018; V.-Y. Mudimbe, 2021) a fim de caminhar para uma abordagem mais afrocêntrica da divisão e da organização do tempo no espaço africano.

Ela abre o caminho para a redescoberta dos ciclos calendários endógenos e dos eventos sociais maiores correlacionados, e para a reabilitação de um calendário africano que fixará os tempos e calibrará a marcha do universo

africano segundo uma cosmogonia e um andamento teleológico eminentemente africanos. A perspectiva da existência de calendários africanos anteriores ao gregoriano atualmente em uso em África apela vivamente a aprofundar as reflexões sobre o processo da afirmação da identidade africana e sobre a valorização do património comum dos povos africanos no mundo.

Num contexto em que África aspira a livrar-se dos farrapos da colonização e de qualquer outra forma de dominação cultural, para se afirmar como uma potência autónoma que se autorreferencia, a questão é saber qual poderia ser a data de celebração do Ano Novo Africano, à semelhança da dos outros povos do mundo tais como os Chineses, os Europeus, os Israelitas, os Iranianos, etc. que celebram distintamente o seu Ano Novo. Mas, esta data deverá forçosamente apoiar-se num calendário cientificamente elaborado que resista aos acasos do tempo. É por todas estas razões que o Governo togolês se propõe organizar um colóquio internacional sobre o tema: « **Instituição de um calendário endógeno e celebração do Ano Novo Africano: desafios contemporâneos da unidade africana, entre história e identidade** ».

II. OBJETIVOS DO COLÓQUIO

Este colóquio visa um duplo objetivo: propor um calendário africano a partir de referências e referenciais históricos e definir uma (ou mais) data(s) para a celebração do Ano Novo Africano.

Mais especificamente, tratar-se-á de:

- promover a identidade cultural e o renascimento africano;
- fazer o ponto da situação sobre a existência de calendários africanos diferentes do calendário gregoriano que sejam fundados na história, no pensamento, na cultura e na identidade africanas;
- avaliar a pertinência desses calendários na perspectiva da busca numenal do autorreferenciamento africano;
- propor um calendário de referência e conseqüentemente, uma data para a celebração do Ano Novo Africano.

III. PROBLEMÁTICA E EIXOS DE COMUNICAÇÃO

1. Problemática e quadro conceptual

O duplo objetivo da proposta de um calendário africano e da celebração do Ano Novo Africano é um desafio epistemológico novo no campo geral das ciências e dos estudos africanos. Implica geralmente um recurso rigoroso à erudição científica africana e releva, no que diz respeito à escolha do dia exato do Ano Novo, da arbitragem dos debates de especialistas que terão lugar no quadro do colóquio. A busca numenal que subjaz à aspiração de adotar um sistema de contagem e de medição do tempo próprio de África, é fundamentalmente a da construção e da afirmação da identidade africana. Este assunto, cuja complexidade é necessário reconhecer, tem a honra de mobilizar disciplinas diversas que vão desde a matemática avançada à astronomia, passando pela história e suas disciplinas auxiliares (egiptologia, paleontologia humana, arqueologia, etc.), a antropologia, a sociologia, a filosofia, a teologia e a

metafísica, as relações internacionais, a geografia, as artes, bem como os saberes endógenos não canonizados no corpus universitário moderno.

Trata-se de um verdadeiro desafio epistémico de caráter transdisciplinar onde diversas expertises serão chamadas a dissecar minuciosamente o objeto central e a pronunciar-se no quadro de ateliers técnicos e de sessões plenárias sobre cada um dos problemas periféricos que lhe são conexos.

O regresso às humanidades clássicas negro-africanas, nomeadamente as egito-nubianas, aparece como uma passagem justa e inevitável nesta busca, na medida em que consagra a consciência da África de hoje da herança complexa e gloriosa da África de ontem. Este recuo intelectual estratégico marca com efeito, mesmo que tardio, o reconhecimento coletivo e a apropriação pela África de 2026 dos resultados do Colóquio do Cairo de 1974 relativos à anterioridade da civilização egito-nubiana considerada desde então negro-africana e não oriental (D. Gnonsea, 2003). Destina-se além disso a recordar as aquisições científicas sobre a precocidade da África negra nos domínios da ciência (M. Bernal, 1996; 1999; M. Brunet, 2016), que fazem do continente africano não só o Berço da Humanidade mas também da civilização. Esta pesada e preciosa herança, aliás frequentemente esquecida pelas historiografias africanas pós-independências, deve ser atualizada no quadro deste colóquio. É o verdadeiro suporte moral do mesmo. É também o principal elemento legitimador da pretensão africana a reabilitar os seus tempos, os seus calendários, a propor uma data para a celebração de um Ano Novo, e representa o primeiro campo de conhecimentos que o colóquio será chamado a explorar.

Em seguida, deve-se reconhecer que a celebração anual de um Ano Novo em África não pode ser concebida sem olhar para as consideráveis repercussões que ela poderia ter sobre o processo de construção e afirmação da identidade e da unidade africanas. Com efeito, o Ano Novo será o primeiro evento festivo popular tipicamente africano que poderia reunir em comunhão os povos africanos, desde que África perdeu a iniciativa histórica. Contribuirá inevitavelmente também para marcar na consciência africana contemporânea e aos olhos de todos, a unidade cultural do mundo negro (C. A. Diop, 1982). Neste sentido, a iniciativa é altamente prospetiva, até estratégica, na medida em que abalará lugares fortes bem como certas estruturas da dominação estrangeira que África sofre. Existe por conseguinte uma relação estreita de funcionalidade entre a proposta do calendário e a celebração do Ano Novo, por um lado, a identidade e a unidade africanas, por outro.

É esta outra dimensão da problemática que dispõe o colóquio e os seus participantes a explorar as teorias da identidade africana, a fazer a exegese das estruturas exógenas que comprometem a redescoberta da identidade e a expressão da alteridade africana, a analisar os diferentes programas de essência cultural até aqui implementados nos níveis nacional e pan-africano no quadro específico do desafio identitário, e a elaborar enfim pistas práticas que garantiriam uma aceleração notável do processo de reconstrução e afirmação da identidade africana através da proposta do calendário e da fixação de uma data para o Ano Novo Africano.

Mas para além destas duas primeiras questões periféricas, a saber, a anterioridade das civilizações africanas no domínio das ciências, e o problema da identidade e da unidade africanas, há a questão do calendário propriamente dito cujo exame continua a ser a *condição sine qua non* para qualquer fixação da data do Ano Novo.

Do ponto de vista problemático, ela será declinada em duas questões: primo, o legado preciso das civilizações africanas no domínio da contagem do tempo e da elaboração de calendários (C. A. Diop, 1954; H. Andrillat, 1997, p. 71-89); secundo, a escolha da data do Ano Novo. Se a primeira remete para uma escavação minuciosa do passado para efeitos de recenseamento, análise, compreensão e comparação dos diferentes sistemas calendários já utilizados ou em experimentação em África, a segunda, pelo contrário, requer um exercício mais técnico feito de cálculos e considerações astronómicas, num contexto de arbitragens aprofundadas sobre o calendário a adotar e sobre a(s) possível(eis) data(s) do Ano Novo a reter.

2. Os eixos de contribuição

A problematização faz emergir um conjunto de quatro (04) eixos correspondentes às quatro dimensões supramencionadas: O colóquio do Cairo e o contributo do mundo negro para a civilização (1); Princípios, fundamentos e experiências de divisão do tempo em África: um legado rico e incontornável (2); A personalidade africana num mundo multipolar e a problemática da identidade africana (3); O calendário africano e a instituição do Ano Novo Africano (4).

✚ **Eixo n.º 1: O colóquio do Cairo e o contributo do mundo negro para a civilização humana**

Neste eixo, serão examinadas as aquisições da egiptologia através, por um lado, das conclusões do colóquio do Cairo de 1974 que consagrou a vinculação definitiva da civilização egito-nubiana à África negra (D. Gnonsea, op. cit.), e, por outro lado, das evoluções dos anos 1980 e 2000 em Paleontologia humana, em Arqueologia pré-histórica e em Genética, que atestaram sucessivamente a anterioridade de África, não só no surgimento da humanidade, mas também no domínio específico da filosofia e das ciências (T. Obenga, 1990). O eixo tem por objetivo fazer o estado do conhecimento sobre a questão do contributo do mundo negro para a civilização humana, e fundar, em nome dos princípios da continuidade histórica e da identidade cultural, a legitimidade da África de hoje a recorrer às suas próprias recursos intelectuais, morais e técnicos para enfrentar os desafios da proposta do seu calendário de referência e da fixação de uma data para a celebração do seu Ano Novo.

As comunicações esperadas cobrirão todos os campos disciplinares adaptados a este objeto e serão repartidas entre uma sessão plenária e dois ateliers técnicos. Os subtemas não exaustivos propostos deste eixo são os seguintes:

- *África, berço da humanidade e da civilização. **(Plenária n.º 1)** *
- *História geral de África: a Unesco e as aquisições do Colóquio do Cairo de 1974. **(Atelier técnico n.º 1)** *

- *Anterioridade das civilizações negras e contributos de África no domínio específico da filosofia e das ciências. **(Atelier técnico n.º 2)**

✚ **Eixo n.º 2: Princípios, fundamentos e experiências de divisão do tempo em África: um legado rico e incontornável. ***

Este eixo tem por objetivo analisar os diferentes sistemas de divisão do tempo produzidos pelas civilizações africanas para deles inferir os princípios e as lógicas, a fim de aperfeiçoar as aquisições que serão mais tarde (último eixo) tidas em conta aquando da adoção do calendário e da escolha da data do Ano Novo.

África possui de longe o mais antigo património de conhecimentos astronómicos do mundo e a maior diversidade experimental em matéria de divisão do tempo e de fixação de calendários. Ainda hoje a Etiópia, antiga Axum, filha de Kush e herdeira da civilização egípcia, possui e utiliza oficialmente o seu próprio calendário. Mas para além da Etiópia, há muitos outros vestígios de calendários que não são, certamente, adotados pelos governos dos países que os herdaram, mas que existem, e que não são apenas produto de receitas empíricas. É o caso, por exemplo, do calendário dogon que continua a atrair as curiosidades da ciência moderna pela exatidão das suas premissas e pela perfeição do seu alinhamento na maioria dos fenómenos cósmicos sempre difíceis de definir. Mas para além destes dois casos que serão idealmente analisados no quadro deste eixo, há o calendário egípcio dito nilótico, o mais antigo e mais aperfeiçoado dos calendários do mundo, que representa um legado incontornável da erudição dos Africanos da Antiguidade. É deste calendário que o especialista alemão Otto Neugebauer escrevia na sua obra intitulada *The exact sciences in Antiquity* que ele é « the only intelligent calendar which existed in human history » (1609). Assim, contrariamente aos lugares-comuns, no domínio da contagem do tempo também África continua pioneira. Ela deixou à Humanidade, mas também a si mesma um legado singular e multiforme de calendários e práticas astronómicas que farão no quadro deste eixo o objeto de recensão, análise e comparação, para deles compreender os mecanismos, os princípios bem como as considerações numerais e teológicas que os subjazem.

Este eixo é eminentemente técnico e será animado por contribuidores especialistas e por especialistas universitários ou não de qualquer sistema de contagem de tempo objetivável que seja ou de qualquer calendário africano conhecido. No quadro deste eixo, alguns projetos de comunicação esperados compreenderão tanto resumos como os próprios artigos inteiramente redigidos. Trata-se da Plenária n.º 3 e do Atelier técnico n.º 3. Os contribuidores concernidos podem, no entanto, trazer ao colóquio qualquer outro elemento, documentação ou dispositivo empírico ou experimental suplementares indispensáveis à sua comunicação ou às suas demonstrações em atelier ou em plenária. Repartidos entre plenária e ateliers técnicos, os subtemas propostos são:

- *Precocidade de África e das civilizações africanas nos domínios da medição e da divisão do tempo: o estado da questão. **(Plenária n.º 2) ***

- *Calendários nilótico, Dogon, etíope, e os outros sistemas periféricos de contagem do tempo em questão: compreender o legado da África de ontem. **(Plenária n.º 3)** *
- *Resumo das aquisições: que princípios fundamentais para a conceção do calendário africano: entre permanências astronómicas, realidades geopolíticas, constantes económicas e ciclos sazonais? **(Atelier técnico n.º 3)** *
- *A questão do calendário africano: pertinência, consistência epistemológica e sustentabilidade política. **(Atelier técnico n.º 4)** *

Eixo n.º 3: A personalidade africana num mundo multipolar e a problemática da identidade africana *

Este eixo é consagrado à identidade africana. Compreende uma plenária e vários ateliers técnicos. Tem como objetivos passar em revista as teorias da identidade e da unidade africanas através de considerações antropológicas, políticas e culturais afetas à soberania africana e ao lugar de África no mundo multipolar que se desenha. O colóquio propõe-se, por outro lado, através deste eixo, analisar a relação de funcionalidade entre o projeto do Ano Novo Africano e a unidade cultural de África. Os diferentes subtemas propostos são:

- *A questão da identidade africana neste mundo multipolar: entre cultura, história e simbolismos. **(Plenária n.º 4)** *
- *Afrocentricity, African personality, Black consciousness movement e Negritude: uma revisão analítica das conceções filosóficas e das teorias da identidade africana. **(Atelier técnico n.º 5)** *
- *Identidade e unidade africanas e o projeto do Ano Novo Africano: relações de funcionalidade, programas culturais e posteridade do colóquio. **(Atelier técnico n.º 6)** *

Eixo n.º 4: O calendário africano e a instituição do Ano Novo Africano *

Este eixo é consagrado aos trabalhos e aos debates que irão culminar nos principais objetivos do colóquio. Apoia-se nas conclusões e resultados cumulativos dos três eixos anteriores e representa o momento decisivo do colóquio. É o quadro final das discussões técnicas para a aprovação de um ciclo calendário e a escolha de uma ou mais datas do Ano Novo Africano. Está estruturado numa plenária de restituição e em três ateliers técnicos.

Para os dois primeiros ateliers técnicos (7 e 8), para além dos resumos, os textos completamente redigidos também serão esperados. Para o último atelier técnico (9), pelo contrário, apenas resumos serão esperados. Este último atelier abordará numa abordagem crítica as questões ligadas ao sucesso do projeto na sua complexidade, examinará a questão das tensões potenciais e das dificuldades reais de que o projeto poderia padecer, e formulará enfim recomendações práticas bem como propostas destinadas aos políticos, com a finalidade de garantir a autoridade científica e a autenticidade dos resultados do colóquio. Os subtemas propostos estão distribuídos entre plenária e ateliers técnicos como se segue:

- *Calendário africano: que princípios, que modelo, o que reter? (**Atelier técnico n.º 7**) *
- *O Ano Novo Africano: fundamentos, razões, especificidades e data. (**Atelier técnico n.º 8**) *
- *A questão do calendário africano e a instituição do Ano Novo Africano: considerações morais, científicas e políticas, para formular recomendações. (**Atelier técnico n.º 9**) *
- *Soma dos trabalhos e leitura do relatório científico do Colóquio (**Plenária n.º 5**) *

IV. PÚBLICO-ALVO

O apelo a comunicações destina-se não só a astrónomos, matemáticos, físicos, metafísicos, teólogos, especialistas em questões de património, cultura, história, antropologia, mas também a estudantes, decisores e responsáveis políticos, especialistas e consultores.

V. SUBMISSÃO DOS PROJETOS DE COMUNICAÇÃO

As propostas de comunicação em **francês** e/ou **inglês** seguem dois modelos em função do tipo de plenária e de atelier técnico escolhido: os resumos, por um lado, e os textos inteiramente redigidos, por outro.

Para os resumos, o esquema a seguir é o seguinte: **o eixo postulado; [o título seguido de um breve resumo de 300 palavras organizado em torno das grandes articulações da comunicação** (Contexto - objetivos - metodologia -- resultados) **e de no máximo 5 palavras-chave ; e as coordenadas precisas do autor ou dos autores segundo o formato ao lado:** Nomes, Sobrenome, Instituições, endereço eletrónico, País, e Telefone].

Relativamente aos textos inteiros, só serão exigidos após validação dos resumos submetidos, e não concernem em todo o caso senão os ateliers técnicos n.º 3, n.º 7, n.º 8 bem como a Plenária n.º 3. Os contribuidores concernidos são convidados a seguir as normas NorCames anexas. Os textos inteiros a submeter serão apresentados segundo o esquema abaixo: **[o título ; seguido de um breve resumo de 200 palavras e de 3 palavras-chave ; o eixo ou eixos postulados ; as coordenadas precisas do autor ou dos autores** (como se segue : Nomes, Sobrenome, Instituições, endereço eletrónico, País, e Telefone) **; e o artigo]**.

Todos os contribuidores são convidados a juntar ao(s) seu(s) projeto(s) de comunicação um CV sucinto, colocando em relevo as principais publicações pertinentes para efeitos das questões que serão abordadas no quadro do colóquio, e a enviar o dossiê eletrónico assim constituído aos organizadores, para o endereço abaixo mencionado:

1. **Endereço de envio:** colloquenouvelanafricain@hotmail.com

VI. CALENDÁRIO

- Publicação do apelo a comunicações: **15 de abril de 2026**

- Data limite de submissão dos resumos: **31 de maio de 2026**
- Data limite de envio da notificação de aceitação dos resumos: **30 de junho de 2026**
- Data limite de submissão dos textos de comunicação: **31 de julho de 2026**
- Dias do colóquio internacional: **12 e 13 de outubro de 2026**

VII. PARTICIPANTES

Para além daqueles que apresentarão comunicações, os participantes no colóquio são os representantes dos Estados africanos, das comunidades afrodescendentes, da Comissão da União Africana e dos órgãos competentes da instituição continental, das instituições sub-regionais africanas, as associações diaspóricas africanas, os académicos e os guardiões dos usos e costumes.

VIII. ASSUNÇÃO DE ENCARGOS DOS PARTICIPANTES SELECIONADOS

As condições de assunção de encargos dos participantes no colóquio serão comunicadas em tempo oportuno aos participantes selecionados.

IX. DATA E LOCAL DO COLÓQUIO

O colóquio internacional realizar-se-á nos dias **12 e 13 de outubro de 2026** no Hôtel du 2 février em Lomé, no Togo.

X. ORGANIZADOR E PORTADOR DO PROJETO

O ministério dos negócios estrangeiros, da cooperação, da integração africana e dos Togoleses no estrangeiro é o organizador e o portador do colóquio.

XI. SECRETARIADO DO COLÓQUIO

O secretariado do colóquio é assegurado por um comité técnico misto composto por académicos e diplomatas composto como segue:

- Presidente: Sr. TSIGBE Koffi Nutefé, professor catedrático, Universidade de Lomé
- Vice-presidente: Sr. EDJAIDE Eyana, conselheiro técnico do ministro
- Membros: Sr. EKUE Folly Gada, mestre-assistente, Universidade de Lomé; Sr. SEDAMINOU Afognon Kouakou, coordenador do balcão diáspora; Sr. PALASSI Konga, mestre-assistente, Universidade de Lomé; Sr. KAMELE Malemda, diretor da cooperação internacional.

XII. COMITÉ CIENTÍFICO

Presidido pelo Professor Robert DUSSEY, o comité científico do colóquio é composto por académicos (Egiptólogos, historiadores, teólogos, sociólogos, filósofos, antropólogos, linguistas, matemáticos, físicos, astrónomos, metafísicos...), diplomatas, especialistas africanos, especialistas nas questões no cerne das preocupações desta manifestação científica. Pronunciar-se-á sobre a recebilidade das propostas de comunicação, procederá à instrução e à

validação dos manuscritos recebidos e encarregar-se-á da elaboração do relatório científico bem como das Atas do colóquio.

XIII. BIBLIOGRAFIA INDICATIVA

AMSELLE [J]{.smallcaps}ean-Loup [&]{.smallcaps} DIAGNE Souleymane Bachir[.]{.smallcaps} *En quête d'Afrique(s) : universalisme et pensée décoloniale*, Paris, Éditions Albin Michel, 2018.

ANDRILLAT Henri, « L'astronomie égyptienne », In Bulletin de la Classe des sciences, Tome 8, n°1-6, 1997, pp. 71-89.

ANONYME, « Calendriers, mesures et rythmes du temps : associations et conflits », Appel à contribution, *Calenda*, Publié le lundi 26 novembre 2012, <https://doi.org/10.58079/m9c>, consulté, le 16 mars 2026 à 23h20.

ASANTE, M., « The Afrocentric idea in education », *Journal of Negro Education*, N° 60, 1991, p. 170-179.

BERNAL Martin, *Black Athena, Les racines afro-asiatiques de la civilisation classique, Tome 1 : l'invention de la Grèce antique*, PUF, 1996.

BERNAL Martin, *Black Athena, Tome 2 : Les racines afro-asiatiques de la civilisation classique*, PUF, 1999.

BRUNET Michel, *Nous sommes tous des Africains*, Odile Jacob, 2016.

CESAIRE Aimé, « Culture et colonisation », in *Présence Africaine*, revue culturelle du monde noir n° 8-9-10, juin-novembre 1956, p.190-205.

CHABAS François, *Le Calendrier des jours fastes et néfastes de l'année égyptienne*, Paris, 1870.

CHANCELLOR Williams, *Destruction of Black Civilization: great issues of a race from 4500 B.C to 2000 A.D*, BN Publishing, 2018.

DAVIDSON Basil, *The African Past*, Harmondsworth, Penguin Books, 1966 (1^{re} éd. 1964)

DIOP Cheikh Anta, *Antériorité des civilisations nègres : mythe ou vérité historique ?* Paris, Présence Africaine, 1967.

DIOP Cheikh Anta, *L'unité culturelle de l'Afrique noire*, Paris, Présence Africaine, 1982.

DIOP Cheikh Anta, *Nations nègres et culture ; de l'antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique Noire d'aujourd'hui*, Présence Africaine, 1954.

DOGBA Ahidje, *La perte ou l'affaiblissement de l'identité socio-culturelle ancestrale de l'Afrique noire : exemple du groupe ethnique Dida : le cas précis*

de la région de Zikisso en Côte d'Ivoire, thèse de doctorat unique en ethnologie, Paris 4, 2001.

GAYIBOR Nicoué Lodjou (sous dir.), *Le tricentenaire d'Aného et du pays guin : actes du colloque international sur le tricentenaire du pays guin (Aného 18-20 septembre 2000). A l'écoute de l'histoire*, Lomé, Presses de l'UB, collection Patrimoines n° 11, 2001. (2 volumes).

GNONSEA Doue, *Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga: combat pour la renaissance africaine*, Harmattan, 2003.

ILIFFE John,* *Les Africains, histoire d'un continent**, Paris, Flammarion, 2002.

INIKORI E. Joseph, *The atlantic slave trade : effects on economies, societies and peoples in Africa, the americas and Europe*, Duke University Press Books, 1992.

KI-ZERBO Joseph,* *Histoire de l'Afrique noire**, Paris, Hatier, 1974.

LANNERS Grégory, « Le jour de l'An en Égypte ancienne », [Toutankhamon Magazine](#), n° 25, février / mars 2006, p. 46-48.

MAES-DIOP Marie Louise, *Afrique noire : démographie, sol et histoire*, Présence africaine, 2025.

MAQUET Jacques,* *Les civilisations africaines, Paris, Marabout Université, 1962, résumé par BOURMAUD Daniel*, in *La politique en Afrique**, p. 9-10.

MUDIMBE Valentin-Yves, *L'Invention de l'Afrique. Gnose, Philosophie et ordre de la connaissance*, Paris, Présence Africaine, 2021.

NEUGEBAUER Otto, *The exact sciences in Antiquity*, Amazon, Edition en Anglais, 1609.

OBENGA Théophile, *La Philosophie africaine de la période pharaonique : 2780-330 avant notre ère,* Paris, L'Harmattan, 1990.

SAKHO Cheick, « La temporalité dans les traditions épiques ouest-africaines : une imprécision caractéristique du genre épique », dans *Les Temps épiques : Structuration, modes d'expression et fonction de la temporalité dans l'épopée*, Sous la direction de Claudine Le Blanc et Jean-Pierre Martin, Publications numériques du REARE, 15 novembre 2018, En ligne sur URL : <https://publis-shs.univ-rouen.fr/reare/448.html>

[SINGLETON](#) Theresa A., « De l'Afrique aux Amériques : archéologie de l'esclavage transatlantique et de la diaspora africaine », in [Dominique Garcia](#) et [Hervé Le Bras](#) (sous dir.), *Archéologie des migrations*, 2017, p. 301 à 316.

THOMAS Louis-Vincent, « Temps, mythes et histoire en Afrique de l'Ouest », 1961, in *Présence africaine*, En ligne sur <https://doi.org/10.3917/presa.039.0012>

ANEXO

NORMAS CAMES

As normas que se seguem são as adotadas pelo CTS Letras e Ciências Humanas durante a sua 38.^a sessão de consultas dos CCI, realizada em Bamaco, de 11 a 20 de julho de 2016.

1. Os manuscritos

Um projeto de texto, submetido a avaliação, deve conter um título, a assinatura (Nome(s) e SOBRENOME(s) do autor ou autores, a instituição de vinculação), o endereço eletrônico do(s) autor(es), o resumo em francês (250 palavras), as palavras-chave (cinco), o resumo em inglês (do mesmo volume), as *keywords* (mesmo número que as palavras-chave). O resumo deve sintetizar a problemática, a metodologia e os principais resultados.

O manuscrito deve respeitar a estruturação habitual do texto científico: Introdução; Problemática; Hipótese; Abordagem; Resultados e discussão; Conclusão; Referências bibliográficas. Este esquema pode ser adaptado de acordo com as regras de escrita da especialidade a que o texto pertence. Neste caso, os artigos de investigação teórica serão apresentados em três momentos: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Por outro lado, os artigos resultantes de investigação empírica, à semelhança das investigações experimentais, terão uma arquitetura: introdução, material e método, resultados e discussão, conclusão.

As notas de rodapé, numeradas em algarismos arábicos, são redigidas em tamanho 10 (*Book Antiqua*). Reduzir ao máximo o número de notas de rodapé. Escrever os nomes científicos e as palavras emprestadas de outras línguas que não a do artigo em itálico (*Adansonia digitata*).

O volume do projeto de artigo (texto a redigir no *software Word, Book Antiqua*, tamanho 12, espaçamento 1,5) deve ser de 30 000 a 40 000 caracteres (espaços incluídos).

Os títulos das secções do texto devem ser numerados da seguinte forma:

1. Primeiro nível, primeiro título (Times 12 negrito)

*1.1. Segundo nível (Times 12 negrito itálico) *

1.1.1. Terceiro nível (Times 12 itálico sem negrito)

2. As ilustrações

As tabelas, os mapas, as figuras, os gráficos, os esquemas e as fotografias devem ser numerados (numeração contínua) em algarismos arábicos segundo a ordem da sua aparição no texto. Devem conter um título conciso, colocado acima do

elemento de ilustração (centrado). A fonte é indicada (centrada) abaixo do elemento (tamanho 10). É importante que estes elementos de ilustração sejam primeiro anunciados, depois inseridos e finalmente comentados no corpo do texto.

3. Notas e referências

3.1 . As passagens citadas são apresentadas em romano e entre aspas. Quando a citação ultrapassa três linhas, deve-se ir à linha, para apresentar a citação (espaçamento 1) em recuo, diminuindo o tamanho da fonte em um ponto.

3.2 . As referências de citação são integradas no texto citante, conforme os casos, da seguinte forma:

- Inicial(is) dos nomes ou do Sobrenome e do Nome do Autor, ano de publicação, páginas citadas;

Exemplos:

- Com efeito, o objetivo prosseguido por M. Ascher (1998, p. 223), é « alargar a história da matemática de tal sorte que ela adquira uma perspectiva multicultural e global (...), aumentar o domínio da matemática (...) »
- Para dizer mais amplamente o que é esta capacidade da sociedade civil, que no seu desdobramento efetivo, atesta que ela pode carregar o desenvolvimento e a história, S. B. Diagne (1991, p. 2) escreve:

Que não se enganem: de qualquer maneira, as populações sempre souberam opor à filosofia do enquadramento e ao seu voluntarismo as suas próprias estratégias de contorno. Estas, por exemplo, são legíveis no dinamismo, ou pelo menos, na criatividade de que sabe dar prova aquilo que se designa sob o nome de setor informal e a quem será preciso dar a denominação positiva de economia popular.

- O filósofo marfinense tem razão, em certa medida, em ler, neste choque desestabilizador, o processo do subdesenvolvimento. Assim como ele diz:

o processo do subdesenvolvimento resultante deste choque é vivido concretamente pelas populações concernidas como uma crise global: crise socioeconómica (exploração brutal, desemprego permanente, êxodo acelerado e doloroso), mas também crise sociocultural e de civilização traduzindo uma impreparação socio-histórica e uma inadaptação das culturas e dos comportamentos humanos às formas de vida impostas pelas tecnologias estrangeiras. (S. Diakité, 1985, p. 105).

3.3 . As fontes históricas, as referências de informações orais e as notas explicativas são numeradas em série contínua e apresentadas em baixo de página.

3.4 Os diversos elementos de uma referência bibliográfica são apresentados como se segue:

SOBRENOME e nome(s) do autor, Ano de publicação, Zona título, Local de publicação, Zona Editora, as páginas (p.) dos artigos para uma revista.

Na zona título, o título de um artigo é apresentado em romano e entre aspas, o de uma obra, de uma dissertação ou tese, de um relatório, de uma revista ou de um jornal é apresentado em itálico. Na zona Editora, indica-se a Casa de edição (para uma obra), o Nome e o número/volume da revista (para um artigo). No caso de uma obra ser uma tradução e/ou uma reedição, deve-se precisar após o título o nome do tradutor e/ou a edição (ex: 2.^a ed.).

3.5. As referências bibliográficas são apresentadas por ordem alfabética dos nomes de autor. Por exemplo:

Referências bibliográficas

AKIBODE Ayéchoro Koffi, 1987, *Colonisation agraire et essor socio-économique dans le Bassin de la Kara*, Missão Francesa de Cooperação, Presses de l'Université du Bénin, Lomé.

AMIN Samir, 1996, *Les défis de la mondialisation*, Paris, L'Harmattan.

AUDARD Cathérine, 2009, *Qu'est ce que le libéralisme ? Ethique, politique, société*, Paris, Gallimard.

BERGER Gaston, 1967, *L'homme moderne et son éducation*, Paris, PUF.

DIAGNE Souleymane Bachir, 2003, « Islam et philosophie. Leçons d'une rencontre », *Diogenes*, 202, p. 145-151.

DIAKITE Sidiki, 1985, *Violence technologique et développement. La question africaine du développement*, Paris, L'Harmattan.

DI MEO Guy, 2000, *Géographie sociale et territoires*, Paris, Nathan.

BARROS (De) Phillipe e KUEVI Dovi André, 1989, « Prospection archéologique au Togo », in *Togo-Dialogue*, n°45, Lomé, p. 40-42.

DELORD Jacques, 1961, « Notes et commentaires du texte de Léo Frobenius sur les Kabrè », in *Le Monde Non-chrétien*, nouvelle série, n°59-60, p. 101-172.

KOLA Edinam, 2007, « Stratégies d'adaptation à la crise et revenus paysans dans une économie de plantation en crise : l'exemple de l'Ouest de la Région des Plateaux au Togo », *Annales de l'Université de Lomé*, série Lettres et Sciences Humaines, Tome XXVII-2, Lomé, Presses de l'Université de Lomé, p. 77-89.

O não respeito das normas editoriais pode implicar a rejeição de um projeto de artigo.

Para os trabalhos em online adicionar o endereço eletrónico (URL).